



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão do Esporte

PROJETO DE LEI Nº 5.572, DE 2019 (APENSO: PL Nº 6.228/2019)

Altera a lei nº 10671, de 15 de maio de 2003, e dá outras providencias.

Autor: Deputado DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.

Relator: Deputado LUIZ LIMA

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Conforme sugestão dos membros da Comissão, acatada por este Relator, ficou definido que o Substitutivo vai deixar mais clara a obrigação de divulgar em tempo real as os diálogos de toda a equipe de arbitragem.

Face ao exposto, nosso **voto é pela aprovação** do Projeto de Lei n.º 5.572, de 2019, do Sr. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR., e do Projeto de Lei nº 6.228, de 2019, do Sr. CHIQUINHO BRAZÃO, na forma do Substitutivo anexo que contempla a sugestão dos membros da Comissão.

Sala da Comissão em, 04 de agosto de 2021.

Deputado Federal LUIZ LIMA

Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Lima
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219304280600>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão do Esporte

SUBSTITUTIVO 2 AOS PROJETOS DE LEI Nº 5.572, DE 2019, e Nº 6.228, DE 2019

Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, para dar maior transparência à arbitragem.

O Congresso Nacional decreta:

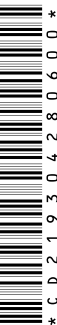
Art. 1º Esta Lei tem por objetivo alterar a Lei n.º 10.671, de 15 de maio de 2003, Estatuto de Defesa do Torcedor, para regular o direito do torcedor a maior transparência na arbitragem.

Art. 2º A Lei n.º 10.671, de 15 de maio de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 11-A É direito do torcedor a divulgação na íntegra e em tempo real dos diálogos de toda a equipe de arbitragem, que sejam feitos mediante qualquer instrumento de comunicação eletrônica durante a realização dos certames desportivos, no momento em que os jogos forem paralisados para discussão e decisão de toda a equipe de arbitragem.

Parágrafo único. A comunicação eletrônica deverá ser divulgada ao público no momento em estiver ocorrendo e por meio de equipamento eletrônico que permita a gravação de áudio ou vídeo, de uso individualizado ou por meio de captura coletiva, desde que permita o disposto no caput deste artigo.”

(NR)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão do Esporte

Art. 3º O art. 12 da Lei n.º 10.671, de 15 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. Além da divulgação em tempo real dos diálogos de toda a equipe de arbitragem, a entidade responsável pela organização da competição dará publicidade à súmula, aos relatórios da partida e aos diálogos de que trata o art. 11-A desta Lei, no sítio de que trata o § 1º do art. 5º até as 14 (quatorze) horas do 3º (terceiro) dia útil subsequente ao da realização da partida.” (NR)

Art. 4º O art. 32 da Lei n.º 10.671, de 15 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32. É direito do torcedor que toda a equipe de arbitragem, inclusive os árbitros de cada partida, os auxiliares de arbitragem em campo e os assistentes de arbitragem fora de campo, seja escolhida mediante sorteio, dentre aqueles previamente selecionados, ou audiência pública utilizando o mesmo parâmetro e transmitida ao vivo pela rede mundial de computadores, sob pena de nulidade.

.....”(NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação.

Sala da Comissão, 04 de agosto de 2021.

Deputado LUIZ LIMA

Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Lima
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219304280600>